



OS SUJEITOS NÃO ESCOLARIZADOS E SUAS “IMAGENS” DA LÍNGUA E DO FALANTE*
(THE NON-EDUCATED SUBJECTS AND THEIR “IMAGES” OF THE LANGUAGE AND OF THE SPEAKER)

GlauCIA Muniz Proença LARA (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

ABSTRACT: Educated and non-educated people show different images of the Portuguese language in their speech. However, the image of the speakers, classified as “good” or “bad”, according to their use of standard or non-standard Portuguese, tends to coincide in both speeches, which seems to reveal school influence..

KEYWORDS: discourse; images; language; speaker.

No presente trabalho, pretendemos detectar as imagens da língua portuguesa e do seu usuário que se manifestam no discurso de sujeitos não escolarizados (analfabetos e semi-analfabetos), para verificar até que ponto essas imagens se aproximam/se distanciam daquelas que aparecem no discurso de sujeitos escolarizados: professores de português, estudantes e “profissionais da linguagem” (advogados e jornalistas).

O discurso dos sujeitos escolarizados, coletado através de questionários de sondagem, foi examinado à luz de duas teorias básicas: a semiótica greimasiana e a AD, a fim de que nos fosse possível apreender, respectivamente, os mecanismos intra e interdiscursivos de constituição do sentido. Essa análise revelou imagens da língua e do falante que, em linhas gerais, apresentam as seguintes características:

1. A língua portuguesa é bela e rica em recursos, mas extremamente complexa pelo excesso de regras gramaticais que possui. É uma das línguas mais difíceis do mundo, sobretudo quando comparada à simplicidade e à praticidade do inglês.
2. Sua principal função é propiciar a comunicação oral e escrita entre os usuários, contribuindo, dessa forma, para a integração/unificação do país. Quanto à disciplina escolar, sua função primordial é defender e preservar a linguagem correta.
3. O português padrão e o português popular são praticamente duas “línguas”. Tanto um quanto o outro são aceitáveis do ponto de vista comunicativo. Entretanto, a variante popular é a forma errada, vulgar, deturpada da língua, sendo utilizada por pessoas simples e ignorantes, que podem ser discriminadas socialmente. Já a norma culta é a forma oficial, correta e elaborada, identificando-se à própria língua e sendo atribuída a pessoas instruídas e esclarecidas.
4. A maioria da população brasileira expressa-se mal: comete erros graves, maltratando e deturpando a língua. Isso se deve sobretudo à falta de acesso à escola e à precariedade generalizada do ensino.



*Este artigo é a versão resumida de parte do Capítulo VI de nossa tese de doutorado - *A imagem da língua portuguesa no discurso de sujeitos escolarizados e não escolarizados*-, defendida junto à Universidade de São Paulo, em abril de 1999.

5. Há, entretanto, um grupo reduzido de “bons falantes” (os intelectuais e os grandes escritores) que, em geral, se esforçam por adequar sua linguagem às regras vigentes na gramática (normativa), buscando preservar a pureza e a integridade da língua. Demonstam, assim, seu amor e admiração por ela. Já os sentimentos atribuídos aos “maus falantes” são sobretudo a insegurança e o desconforto.
6. A língua portuguesa é a mola mestra de toda e qualquer ocupação. Assim, um profissional que quer ser valorizado e respeitado precisa expressar-se de forma correta.

Vemos, portanto, a partir dos aspectos arrolados acima, que os sujeitos escolarizados, em geral, constroem, através do seu discurso, uma determinada imagem da língua (ou melhor, da norma culta, que passa a valer pela língua inteira): aquela que associa a valores como imobilidade, regularidade e superioridade e a temas como beleza e riqueza, mas a coloca, paradoxalmente, fora do alcance do falante comum. Essa visão da língua traz, portanto, como correlata uma imagem negativa da maioria dos usuários, classificados, segundo sua performance lingüística, como “maus falantes”.

Tais imagens, a nosso ver, esteiam-se no discurso da escola que, enquanto *sistema ideológico constituído*, como quer Bakhtin (1990: 118-20), é o espaço onde mais se exige o respeito às normas do “bem-falar” e do “bem-escrever”, a obediência às regras da gramática normativa que é, ainda hoje, um dos pilares do nosso ensino. Trata-se, portanto, de um espaço privilegiado para a consolidação e a difusão de uma determinada imagem da língua e do falante, o que vai ocorrer não apenas no nível da prática (das atividades formais de ensino da norma culta, tomada como a linguagem legítima), mas também no do discurso (das relações de comunicação pedagógica), nível esse que nos interessa mais de perto neste trabalho.

Ora, afirmar que o discurso da escola interfere naquilo que os sujeitos escolarizados dizem a respeito da língua e do seu usuário parece óbvio: se eles passam grande parte de sua vida nos bancos escolares é de esperar que, em seus discursos, reproduzam, ao menos em parte, aquilo que a escola diz. Mas e os sujeitos não escolarizados? Estando, em princípio, imunes à influência da escola - e do seu discurso - construiriam eles imagens diferentes daquelas que foram observadas no discurso dos sujeitos escolarizados?

Para responder a tais perguntas e verificar até que ponto vai, efetivamente, a responsabilidade ou a contribuição da escola na consolidação e difusão desse complexo “jogo de imagens”, passaremos a examinar o discurso dos sujeitos não escolarizados, que foi coletado através de entrevistas. Estas procuraram focar basicamente as mesmas questões sobre a língua e sobre o falante que constaram do questionário de sondagem. Eliminamos, porém, algumas perguntas que abordam aspectos do problema que fogem ao domínio de pessoas não escolarizadas (como, por exemplo, a que envolvia a avaliação do ensino do português na escola) e buscamos simplificar a linguagem utilizada nas demais, de modo a torná-las acessíveis aos sujeitos envolvidos.



Esclarecemos ainda que a dificuldade de encontrar pessoas analfabetas e que, ao mesmo tempo, jamais tivessem freqüentado a escola, levou-nos a entrevistar também “analfabetos escolarizados” (aqueles que foram à escola, normalmente por pouco tempo, e afirmam que esqueceram tudo) e semi-analfabetos (os que já foram à escola, também por pouco tempo, mas sabem, ao menos, assinar o nome e identificar algumas palavras). Assim, entre os 15 sujeitos entrevistados, todos eles residentes em Campo Grande – MS, sete são completamente analfabetos, seis podem ser considerados “analfabetos escolarizados” e dois, semi-analfabetos.

Comparando as imagens da língua e do falante discursivamente construídas pelos sujeitos escolarizados com aquelas que detectamos no discurso dos sujeitos não escolarizados, através da análise das entrevistas, observamos diferenças significativas que comentaremos a seguir.

Em primeiro lugar, percebemos que os sujeitos não escolarizados têm uma visão mais utilitária da língua que difere, portanto, da imagem de riqueza, beleza e complexidade observada no discurso dos sujeitos escolarizados. Nesse sentido, a língua portuguesa é, em geral, caracterizada como *boa*, porque é a língua que entendem e com a qual se fazem entender. Se falassem outro idioma, ele seria igualmente *bom*, já que o importante é a compreensão.

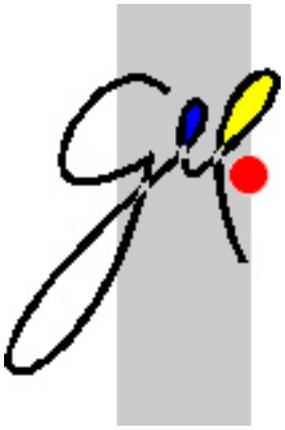
Além disso, as funções atribuídas à língua não se limitam à comunicação (ao *saber conversar*): os analfabetos são capazes de apontar as ações simples do dia-a-dia que são realizadas com e através da linguagem verbal (sobretudo escrita), como ler placas e letreiros de ônibus ou escrever uma carta, as quais, por sua vez, vão permitir a realização de outras tantas ações, como tomar o ônibus certo para ir a um determinado lugar ou saber o nome de uma rua.

Em relação a essa questão, observamos que os sujeitos escolarizados parecem não se dar conta dessas pequenas ações diárias. Ou seja: talvez pelo fato de saberem ler e escrever, eles realizem tais ações de forma mecânica, sem perceber as implicações que a realização - ou não - delas tem para alguém que vive numa sociedade letrada. Apenas quando se referem à importância da língua na profissão, os sujeitos escolarizados são capazes de apontar algumas ações que a língua lhes permite realizar (informar o leitor, ganhar uma ação na justiça, elaborar um projeto ou relatório), mas não quando se trata das situações vivenciadas no cotidiano, para além dos limites do campo profissional.

Também no que concerne à performance lingüística dos usuários - sua ou da população em geral - a maioria dos sujeitos não escolarizados tem uma visão mais positiva e, por que não dizer, mais realista do que seja falar uma língua. É assim que nove informantes acreditam que falam bem e dizem sentir-se à vontade em relação à língua, uma vez que não têm dificuldades para se fazer entender. Da mesma maneira, para sete entrevistados o povo brasileiro usa bem a língua (*até analfabeto sabe falar*).

Entretanto, vivendo numa sociedade dominada pela *cidade das letras* e convivendo diariamente com sujeitos letrados/escolarizados¹, seja na família (filhos,

¹Como, na presente pesquisa, o grupo letrado coincide necessariamente com o grupo escolarizado, estaremos tomando os dois qualificativos como equivalentes. Cumpre, além disso, lembrar que o ensino das letras ou, mais especificamente, da escritura, na sociedade moderna, é atribuição precípua da escola. Daí nossos sujeitos letrados serem também sujeitos escolarizados.



cônjuges) ou nas atividades profissionais (colegas de trabalho, patrões), muitos analfabetos e semi-analfabetos admitem que falam errado, não porque não se façam entender ou não se sintam à vontade, mas porque os sujeitos escolarizados chamam sua atenção ou fazem pilhéria a respeito do seu modo de falar. Isso significa que é o sujeito letrado/escolarizado (*quem tem estudo*) que cria, por contraste, o não letrado/escolarizado (*quem não tem estudo e fala atrapalhado; quem não sabe nem conversar com advogado*). É a cidade letrada - e mais do que letrada, escriturária - marcando sua oposição e sua supremacia em relação a um meio desguarnecido de letras, tal como propõe Rama (1985:49-50).

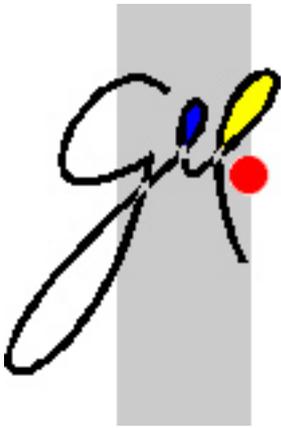
Não podemos perder de vista, além disso, que o sujeito escolarizado não apenas diz, mas mostra, através do seu comportamento, que o outro fala errado (*não tem estudo*) e que, por isso, não merece atenção. É em função disso que oito entrevistados admitem que as pessoas estudadas os *ignoram*, os *olham de lado* ou *tiram sarro* deles e que sentem acanhamento ou vergonha quando “assinam” *com o dedão* ou quando dependem dos outros para realizar coisas simples, como tomar um ônibus, por exemplo. Ao mesmo tempo, eles notam que esse tipo de discriminação (seja através do discurso seja através do modo de agir) não acontece entre iguais.

O fato de vivermos numa sociedade predominantemente letrada leva ainda a maioria dos entrevistados a perceber a diferença entre “nós vamos” e “nóis vai” com base, principalmente, nos critérios de correção e beleza: a primeira forma é considerada *correta, bonita, decente*, ao passo que a segunda é tomada como *errada, ruim, feia*. Tal percepção decorre da comparação que os sujeitos não escolarizados fazem da sua maneira de falar com a do grupo letrado representado, segundo eles próprios, por *quem tem estudo e por quem fala na televisão*.

A partir das constatações feitas acima, observamos que um discurso que se distingue até então por uma visão mais utilitária da língua começa a confundir-se com a “fala” dos sujeitos escolarizados. Ou seja: a caracterização da língua portuguesa como *boa* não se mantém quando se trata de diferenciar “nóis vai” e “nós vamos”; aqui reaparecem os temas da beleza e da correção anteriormente abandonados. É nessa mesma linha que se coloca a afirmação feita por seis informantes de que há gente que fala bem e gente que fala mal (*fala atrapalhado*).

A rápida análise apresentada acima comprova, portanto, que a visão que os sujeitos não escolarizados têm da língua é, até certo ponto, diferente da imagem que detectamos no discurso dos sujeitos escolarizados. Apoiando-nos na semiótica greimasiana, diríamos que os temas da riqueza, da beleza e sobretudo da complexidade da língua, da dificuldade que ela representa para o falante comum, são substituídos pelos temas da praticidade, da utilidade que a língua tem para os usuários. Nesse sentido, percebemos a conjunção dos sujeitos com o objeto língua portuguesa, no qual se inscreve, acima de tudo, um valor pragmático. E, dessa conjunção, resultam efeitos passionais positivos, como o amor (gostar da língua) e o conforto (sentir-se à vontade).

Considerando essas questões agora pelo prisma da AD, podemos afirmar que os sujeitos não escolarizados, em sua maioria, têm uma imagem mais positiva não apenas de si mesmos, enquanto usuários da língua, mas também da própria língua, vista em função dos falantes e não como um bloco acabado, estático e uniforme que paira acima deles.



Entretanto, não podemos ignorar que há pontos em comum entre esse discurso e o dos sujeitos escolarizados. É assim, por exemplo, que a forma “nóis vai” é axiologizada negativamente por contraste com “nós vamos”, associada a valores positivos e a temas como correção e reconhecimento (social e profissional). É assim também que muitos analfabetos classificam os sujeitos como “bons” ou “maus” falantes e apontam claramente as sanções cognitivas e pragmáticas que uns e outros recebem do destinador-julgador, aqui representado pela sociedade letrada. É assim que vários entre eles chegam a perceber, com clareza, que compete à escola - na sua função de destinador-manipulador - atribuir ao sujeito as modalidades atualizantes do poder e do saber-falar “bem”, de modo que *quem não tem estudo não sabe nem conversar direito*.

Podemos, então, afirmar que o discurso dos sujeitos não escolarizados, tomado no seu conjunto, é atravessado por uma formação discursiva (FD) de cunho mais utilitário, que o distancia do discurso dos sujeitos escolarizados, mas, ao mesmo tempo, por uma FD escolar/do senso comum que, retomando valores e temas como correção, beleza e ordenação para as formas referentes à norma culta, e erro, feiúra e desordenação (já que quem fala “nóis vai” fala *atrapalhado*) para as formas relativas à variante popular, aproxima novamente os dois discursos considerados.

Diante do que foi exposto, percebemos que, se o discurso dos sujeitos não escolarizados, por um lado, nos permite postular uma nova configuração discursiva - a da língua “usual” utilitária - que, somada às configurações presentes no(s) discurso(s) dos sujeitos escolarizados (a da língua “ideal” pura e a da língua “real” corrompida), integra o *dicionário discursivo* referente à língua no âmbito do nosso universo cultural (cf. Greimas, 1983: 61); por outro, esse discurso - até certo ponto mais realista - não escapa de uma certa interferência do discurso da escola, aqui representado pelo discurso dos sujeitos escolarizados (professores, estudantes e “profissionais da linguagem”) e, aí, percebemos a força dessa instituição enquanto sistema ideológico constituído.

Naturalmente, essa interferência pode ocorrer tanto de forma direta, no caso dos sujeitos que tiveram uma rápida passagem pela escola, quanto indireta, através do discurso e da prática dos sujeitos escolarizados com quem os não escolarizados convivem diariamente, seja no âmbito da família ou do grupo social ao qual pertencem, seja no contexto social mais amplo (que inclui as relações profissionais).

De qualquer forma, é possível perceber o alcance do discurso da escola que, assumindo e (re)trabalhando os estereótipos sobre a língua e seu usuário que circulam na sociedade², vai ser incorporado, mesmo que parcialmente, até ao discurso de pessoas

²Como nos mostra Bakhtin (1990: 118-20), há uma estreita relação entre os *sistemas ideológicos constituídos* e a *ideologia do cotidiano* na assimilação de formas, práticas e abordagens acumuladas em cada uma dessas instâncias. Entretanto, o que parece ocorrer, neste caso, é que a escola, agindo de forma autorizada e com autoridade, elabora melhor os conceitos sobre a língua e seu usuário que circulam socialmente, conferindo-lhes um caráter de legitimidade e cientificidade e devolvendo-os à própria sociedade que os (re)incorpora de forma natural, sem reflexão ou questionamento. Tais conceitos passam, então, a integrar o conjunto de estereótipos que habitam nossa consciência - considerada por Bakhtin (1990: 35) como um *fato sócio-ideológico* - e compor nosso discurso. Não podemos, pois, subestimar a importância da escola na (re)construção e difusão das imagens da língua e do falante aqui mencionadas.



com passagem nula ou insuficiente pelos bancos escolares, como os informantes da nossa pesquisa, permitindo que se divida a sociedade em duas grandes classes de indivíduos: aqueles quem têm estudo e, em decorrência disso, falam bem e dispõem de melhores empregos; e os que não têm estudo e, por isso, falam mal e *pegam no pesado*. Nesse sentido, estabelece-se um vínculo claro entre ir à escola e ter um bom desempenho lingüístico/um bom emprego.

Assim, vivendo numa sociedade predominantemente letrada, que tem na escola, enquanto guardiã dos valores da classe dominante (aí incluída a linguagem), um dos seus pilares de sustentação, dificilmente conseguiremos encontrar um discurso que escape completamente à manipulação dessas duas instâncias, através da proposição de um outro sistema de valores. Isso talvez fosse possível numa outra sociedade, sem divisão de classes. Não admira, pois, que até mesmo os analfabetos e semi-analfabetos passem a valorizar a escola, na sua condição de responsável pelo ensino da letra (da escrita), e cheguem, muitas vezes, a aproximar seu discurso daquele proferido por essa/nessa instituição, como pudemos observar na análise das entrevistas.

Segundo Rama (1985:48-63), os letrados formaram, através dos tempos, uma classe leal ao poder, zelando pelos seus valores, defendendo o purismo idiomático e insistindo no falar correto, isto é, de acordo com a *norma*, que, uma vez fixada, passou a determinar todo o universo aceitável da expressão lingüística, em visível contradição com o funcionamento habitual da língua na *cidade real*, este marcado sobretudo pela *evolução constante* e pelo *apelo a todo tipo de contribuições e distorções*. À opinião do autor, acrescentaríamos a nossa crença de que a escola, na sua condição de instituição integrante e mantenedora da *cidade das letras*, não poderia furtar-se a exercer essas mesmas funções, sobretudo se considerarmos sua posição privilegiada enquanto “lugar do saber”.

RESUMO: O discurso de sujeitos não escolarizados revela uma imagem da língua portuguesa diferente daquela encontrada no discurso de sujeitos não escolarizados. Entretanto, a imagem dos usuários, avaliados como “bons” ou “maus”, segundo dominem ou não a norma culta, tende a coincidir nos dois discursos, evidenciando, assim, a influência da escola.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; imagens; língua; falante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens II*. Paris: Seuil, 1983.
RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.